

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/2726	3690/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 43570/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/2491 de 23 de Janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 22/01/2026, Manuel Faria Lopes, na qualidade de Chefe Divisão de Procedimentos Urbanísticos: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 43570/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-1034

REQUERENTE: Nádía Alexandra Magalhães Almeida – NIF: 232052620

LOCAL DA OBRA: Rua do Regimento de Infantaria nº 8, freguesia de Braga (S. Vicente)
4710-303 Braga

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação

DU - DGPU [GP9]

INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

A requerente, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-1034, de 15/01/2026, apresenta documentação, “com junção de elementos” que visa dar resposta ao despacho 2026-0376 de 08/01/2026 referente ao pedido dos **projetos das especialidades**, relativos à obra de reconstrução de habitação unifamiliar, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua do Regimento de Infantaria nº 8, freguesia de Braga (S. Vicente), freguesia de Braga (S. Vicente), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1418/20080924, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 923.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2025.

2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.3.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto, constituindo título bastante para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

2.3.2. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.4. Projeto de instalação de gás

2.4.1. Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro. Nos termos do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, são revogados os pontos 1 e 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, na sua atual redação,



relativamente à obrigatoriedade de instalação de rede de gás.

2.5. Projeto de abastecimento de água

2.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.6. Projeto de águas residuais

2.6.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.6.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-1517 de 08/01/2026.

2.7. Projeto de águas pluviais

2.7.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.8. Projeto de arranjos exteriores

2.8.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

2.9.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.10. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

2.10.1. Apresentou o pré-certificado energético, SCE391165732, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

2.10.2. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.11. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.11.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.12. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.12.1. Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.

2.12.2. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.13. Projeto de condicionamento acústico

2.13.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3. PROPOSTA

Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3.1. Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;



3.2. Após informação superior e despacho, deverá notificar-se a requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

4. INICIO DOS TRABALHOS

De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP9]

João Filipe de Oliveira Azevedo

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

